



O RACISMO NO CAMPO EPISTEMOLÓGICO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Valdeir Alves dos Santos (1); Marília Cristina de Queiroz (2); Thiago Acácio Raposo (3)

(1) Universidade Estadual da Paraíba – Bolsista PIBID/Capes, E-mail valdeiralves14@gmail.com; (2) Universidade Estadual da Paraíba – Bolsista PIBID/Capes, E-mail mariliacristina_2010@hotmail.com; (3) EEEF Senador Humberto Lucena – Professor Supervisor PIBID e Orientador deste trabalho, E-mail thiagoraposo20@gmail.com;

Resumo: É comumente a associação do racismo apenas como discriminação pela cor da pele. O objetivo deste artigo é enfatizar que esse racismo é apenas um dos modelos de discriminação. Existem instâncias do racismo como, por exemplo, as práticas de depreciação dos saberes afro-ameríndios ou a introjeção na vítima do racismo da inferioridade do seu lugar de cultura. Tendo como objetivo geral desenvolver uma reflexão sobre a aplicação desses saberes na universidade e nas escolas, e como o racismo simbólico é aplicado de forma imperceptível, o artigo pretende mostrar certos equívocos que são realizados na aplicação dessas discussões e como, em certos momentos, a academia coloca esses saberes em um campo secundário, campo esse que parte do currículo e de sua aplicação de recorte espacial que é pensado a partir da Europa. Essa discriminação pelo saber é apontada aqui como a epistemologia do racismo. Também é destacado certa contradição estrutural entre a educação e cultura e como em certos casos esta última é colocada de uma forma dicotomizada e como justifica a prioridade de alguns saberes em detrimento de outros. Não é proposto como solução para o problema do racismo epistemológico a retirada de saberes provenientes do Ocidente, saberes esses que são importantes e necessários para a nossa formação histórica, pois, também é nossa formadora, mas sim o maior cuidado e valorização dos saberes que não partem exclusivamente do Ocidente. É impossível trabalhar a história do Brasil desconsiderando essas culturas e as suas visões de mundo. Essa comunicação apresenta discussões para não cairmos no campo do imperceptível racismo simbólico.

Palavras-chave: Racismo, racismo simbólico, saberes ameríndios.

Introdução

Este artigo não tem a pretensão de corrigir problemas sociais e históricos no Brasil, mas de levar ao debate reflexões acerca das várias instâncias e dos tipos de discriminação presentes nos meios que promovem e divulgam o saber. A questão da discriminação de grupos étnicos afro-ameríndios vem sendo trabalhada e colocada em pauta nos currículos e PCNs, porém, é perceptível a fundamentação de propostas curriculares que dispensam os saberes não pertencentes ao ocidente. Nessa reflexão, é colocado em análise os próprios currículos acadêmicos na formação de professores, além de indicar possíveis caminhos para a promoção desses saberes, para não cairmos no imperceptível racismo no campo simbólico.

Os debates acerca da produção historiográfica e sua consequente inserção dentro da academia, evidencia que é fundamental um rigor técnico metodológico, além da necessidade de caminhos que fujam de uma obviedade. Dentro dessa perspectiva e tomando como base as



questões que discutem a inserção do estudo de História da África e História da América, se percebe que além do rigor metodológico necessário é fundamental uma ousadia conceitual.

Nos cursos de História e de licenciatura de forma geral, é comum os debates em torno da educação e as formas de se pensar uma educação mais provedora e que seja acessível para todas as instâncias da sociedade. Um dos temas frequentes nessas discussões é a necessidade da inserção de História Afro-ameríndia nas escolas e a consequente conscientização antirracismo.

As colocações abordadas aqui apresentam o racismo como uma instância maior que não está apenas no preconceito pela cor da pele. Falar que o racismo está fundamentado em questões históricas ligadas a formação do Brasil é tão obvio quanto falar que o ele é uma atrocidade, porém, o recorte temporal apontado aqui destaca que a partir da transição do Império para a República – a um projeto de branqueamento da população. Também são destacadas possíveis soluções para a aplicação e emancipação dos saberes afro-ameríndios nas salas de aula, analisando de que maneira a academia desvaloriza os saberes não pertencentes ao Ocidente, impondo, ao que parece, uma ditadura dos saberes europeus.

Mas afinal, o que é raça ou grupo racial? A pergunta parece simples, ninguém confunde branco com índio, chinês com alemão ou angolano com japonês, porém, nenhuma dessas pessoas é uma raça, são apenas pessoas que nasceram em lugares diferentes, que inclusive podem ser ligadas ao seu lugar de origem ou não. Podem cultivar religiões tradicionais em seus lugares ou não, possuindo o direito – inclusive – de não cultivar nada. Sobre essas questões Rufino cita

Já se vê que há poucas palavras tão confusas quanto raça. Mas não foi por acaso que a baralharam tanto que já nada quer dizer. Governos e ideologias conservadoras usaram e abusaram dela, através da história, para se defenderem e propagandear seus propósitos e realizações. Nas olimpíadas de 1936 por exemplo, um jovem e ousado governante alemão exigiu que seus atletas derrotassem os representantes de “raças inferiores” para provar a “incontestável superioridade da raça ariana”. Venceu-os um crioulo norte-americano, Jesse Owens – o que também não provou nada, exceto que era melhor corredor (SANTOS, 1984, p.11)

Mas o que é o racismo? Seria o simples ato de diminuir uma pessoa pela cor de sua pele? Ter um conceito anteriormente formada a partir de questões históricas e de clichês frequentemente usados? Frantz Fanon historiador francês do século XX que desenvolveu trabalhos sobre a descolonização africana, afirmava que existem três instâncias de racismo. O primeiro é aquele que comumente é associado como o único, que é justamente o racismo da cor da pele. O segundo é a prática de depreciar os saberes das populações que historicamente



foram subalternizadas, dessa forma, quando você deprecia os saberes dos índios americanos ou quando menospreza a sabedoria africana você está caindo no racismo do campo do simbólico. A *terceira* instância de racismo acontece quando você convence a vítima do racismo da inferioridade do seu lugar de cultura. Os dois últimos podem ser entendidos enquanto racismo simbólico ou, como será tratado aqui, como a Epistemologia do racismo.

Essas duas formas de discriminação, acima citadas, são tão cruéis quanto o racismo sobre a cor da pele, pois, no momento em que você deprecia os ensinamentos e culturas não-ocidentais, você está depreciando a sua característica humana, ou seja, sua historicidade e identidade criada ao longo dos anos.

Reflexões acerca de questões envolvendo desigualdade social presentes no Brasil contemporânea não podem ser resumidas apenas as questões históricas baseadas no campo econômico.

Na transição do império para república existia um projeto de Estado muito propagado pelos principais veículos de informação, era o projeto de branqueamento racial. Quando ocorre a abolição da escravatura no dia 13 de maio de 1888, se cria um enorme problema para a recém República: o que fazer com os descendentes de escravos? Tentando resolver esse problema, é posto em prática o projeto de branqueamento racial em duas perspectivas. A *primeira* se baseava no branqueamento físico, no qual se pretendia eliminar os traços negroides da população brasileira e transformar o Brasil em um grande país de brancos. Essa perspectiva se baseava em teóricos que defendiam que o homem branco era biologicamente superior ao negro e, ao fazer o cruzamento, o branco suprimia o negro, por ser superior. Essas teorias se baseavam em intelectuais da época que defendiam que para o Brasil se tornar uma nação plena, era necessário eliminar traços que não pertencessem ao fenótipo da cor da pele branca. Sílvio Romero, um dos intelectuais da época chegou inclusive a afirmar:

Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: - de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração europeia (ROMERO, 1888, p.53 *apud* AZEVEDO, 1987, p.71)

Com exemplos citados acima, percebe-se que as ideias propagadas defendiam que com a extinção do tráfico negreiro, ou seja, a não vinda de negros para o Brasil e a vinda de europeus para o Brasil a partir de 1890, contribuiria para a eliminação de traços negroides e indígenas. Mas, não bastava trazer o imigrante europeu, os intelectuais da época defendiam o

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



casamento inter-racial, do branco com o negro, do negro com o branco. Romero “profetizou” que no ano 2000 seríamos uma “Escandinávia”, pois não teríamos mais traços negroides em nossa população.

A *segunda* perspectiva era o branqueamento cultural, esse projeto se fundamentava no código criminal de 1890 com a formulação da Lei de Vadiagem¹. Ela punia tudo que não fosse ligado a estrutura formal do trabalho, porém, não deixava claro o que era essa estrutura voltada para o trabalho. Dessa forma a lei era usado para criminalizar os batuques, os sambas e outros movimentos ligados a cultura provinda de descendência africana.

Cultura e educação no mesmo espaço?

Quando alguém deprecia outra pessoa pela cor da sua pele, ela tem a real noção de sua posição. Porém, na maioria das vezes quando operamos no campo do racismo simbólico, praticamente não percebemos.

Nas escolas, o currículo é pensado a partir da Europa. Partindo da Europa o mundo é pensado. Quando na escola é dito que o teatro e a filosofia nasceram na Grécia, a resposta que se deve dar é a mesma; de fato o teatro grego surge na Grécia, mas o teatro não-grego não nasceu na Grécia, a filosofia grega nasce na Grécia, a filosofia não-grega não surge na Grécia. Quando os portugueses chegam em territórios Americanos já existia uma teatralização, já havia uma forma de se pensar o mundo.

O exemplo acima entra nos currículos como padrões e conteúdos obrigatórios. Partindo da Europa são colocados e defendidos como pertencendo a “alta cultura”, porém diante dessas afirmações disso faz-se os seguintes questionamentos: o que seria uma alta cultura? Se existe alta cultura, existe também uma “baixa cultura”? Se saberes ocidentais são colocados como sendo pertencentes a alta cultura, os saberes Afro-ameríndios, que são tratados como apêndices, fariam parte da baixa cultura?

É bom deixar claro que o que se discute aqui é a igualdade entre as formas de se pensar o mundo e a importância de pensarmos saberes que tenham em suas estruturas características diferentes, dotadas de igual importância e beleza, sendo formadoras das sociedades que merecem ter o seu lugar de memória preservado.

A problemática da retirada do espaço de ancoramento dos lugares de memória entra em análise através do que Pierre Nora (1984) chama de crise da memória. Nora, em seu texto, fala em uma espécie de crise da memória, um dos motivos dessa crise seria a mediatização,

¹ Decreto n. 847 – de 11 de outubro de 1890, o capítulo XIII punia como crime os vadios e as capoeiras



em que levaria ao desmoronamento das chamadas sociedades de memória, essas sociedades de memória não conseguiam mais transmitir os valores que antes as caracterizavam, com essa perda do sentimento de memória por meio da imediatidade, se faz necessário algo para não deixar essas sociedades caírem no esquecimento, com isso surge a transmissão de valores e os registros por meio da escrita, dessa forma, o que antes era sociedade de memória, passam a ser sociedades de história.

Nesse sentido, surge um elemento significativo de memória, que é essa tendência de rápido esquecimento, em que tudo necessita ser registrado. Sendo assim, os lugares de memória vão dar subsídios para a própria História, não se falando mais em memória e sim História, desta forma “a memória se enriza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A História só se liga as comunidades temporais, as evoluções e as relações das coisas. A memória é um absoluto e a História só conhece o relativo” (NORA, 1984, p.9).

Uma das características do homem é a sua tendência a simbologia. Ela firma-se em atribuir valor a tudo o que tenha um sentimento ou a lembrança de uma ação. Portanto, quando algo acontece ao seu redor, o homem atribui valor e guarda a simbologia no seu consciente, logo que uma ação parecida acontece, despertar-se o sentimento guardado e a associação será imediata, partindo desse princípio você eliminar os espaços de cultura que servem como ancora para determinados grupos, você está aniquilando sua história.

A tradição preserva a memória, conseqüentemente, se faz história. Sobre a importância da tradição, Luiz Antônio Simas afirma:

A gente tem uma visão da tradição, um senso comum ocidental que é de uma bobagem impressionante. A tradição é vista como uma coisa parada, como um objeto de museu, no pior sentido. A tradição é o elo. A tradição é aquilo que você acrescenta à corrente. A tradição é uma corrente em que outro elo vai ser colocado depois e você não sabe, a princípio, que elo é esse, mas é o elo que joga para frente, é o elo que joga lá para frente, é o elo que pensa lá na frente... (SIMAS, 2015, p.71).

Essas discussões são importantes para pensarmos a própria escola, visto que esta é uma estância de domesticação – podendo se tornar uma experiência libertadora. O espaço escolar clássico é um espaço de domesticação. É um lugar de reprodução da repetição. A padronização escolar começa quando se exige uma farda ou quando é ordenado um enfileiramento das carteiras.

A cultura tem por excelência a característica da transgressão da regra. Essa é pensada a partir de uma perspectiva antropológica como um conjunto de modos de viver, de invenções de vida, dos modos de se relacionar com as pessoas e com o mundo, da sua ligação com o

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



sagrado e o profano e a sua relação com o saber, ou seja, a cultura é a rigor um ato da transgressão.

A cultura precisa ser pensada como forma de entrega conceitos diversos, de ser pensada a partir de um todo, todo esse que tem como objeto final a própria humanidade, pois, esta é uma só, apenas com características diversas de acordo com o tempo e o espaço.

O problema de pensar os saberes ameríndios como Folclore ou reparação social

Há debates que têm em sua análise o advento de estudos de História Afro-ameríndia nas escolas. É importante colocarmos as religiões africanas como campo de estudo, pois é impossível falar em História do Brasil sem considerar essas discussões. Ainda mais se pensarmos em um Brasil multifacetado e que tem em sua formação a diversidade como característica, o que gera consequentemente uma enorme quantidade de saberes. Porém, esses conhecimentos nem sempre são representados ou valorizados.

As aplicações dessas temáticas deparam-se com uma série de problemas, porque o próprio professor, sem perceber, trabalha a religiosidade no campo da folclorização. Ao se colocar em uma biblioteca, por exemplo, um livro que fala sobre o Orixá da tradição Nagô Ossain ao lado de um livro sobre o saci Pererê ou a mula sem cabeça, mostra que o projeto de embranquecimento cultural implantado na transição do Império para a República ainda deixa seus rastros. Ao colocar um livro sobre religião no setor destinado ao folclore, enfatiza-se que na maioria das vezes o racismo no campo do simbólico é praticamente imperceptível. É impossível pensar o Antigo Testamento ao lado do livro da Cuca ou do Curupira, por exemplo.

Outro problema, além desses temas serem trabalhados na dimensão folclorizante, é o de serem trabalhados na dimensão da ideia da reparação social, quando você trabalha no sentido da reparação histórica, você coloca os saberes em um estágio de inferioridade, como justificativa e alternativa para soluções de problemas que foram historicamente construídos. É necessário trabalhar a formação afro-ameríndia não só porque faz parte da nossa formação, mas por constituírem formas de pensar o mundo belíssimas, formas complexas e que não ficam nada a dever a grande arte que o Ocidente construiu. Seu estudo abre horizontes e novas formas de pensar o mundo, além daquela que normalmente somos formados.

As ideias da reparação e integração social pensadas no Brasil são extremamente necessárias, porém quando não se desdobra na percepção de elaboração de saberes complexos oriundos daquela cultura, a noção de igualdade fica resumida apenas a cor da pele.



Países que em algum momento de sua história pertenceram a metrópoles cuja cor predominante de seus habitantes era branca, conhecem o que é o racismo. Isso não significa que nações que em momento algum foram colônias não tenham traços racistas. O racismo é um traço universal.

Quando, em uma situação hipotética, uma criança que em nenhum momento em sua casa ouviu algum tipo de discriminação contra os negros, afirma que não quer em sua festa de aniversário nenhuma criança de cor, pode parecer que o racismo nasce por si só, o que absolutamente não é verdade. As ideias vêm da sociedade para chegar até as pessoas através das palavras ditas despercebidamente, nos pequenos comentários, das crenças religiosas e de pequenas instâncias ditas no silêncio do simbólico.

Uma das formas de racismo mais antigas de que temos conhecimento é corresponde ao período da Grécia Antiga. Ao formularem o pensamento de sua sociedade, perceberam que haviam ao seu redor grupos de pessoas que não falavam a sua língua e a única forma de se expressar as ideias sofisticadas e evoluídas era através da língua grega. Os que não pertenciam a essa população dita “evoluída” eram chamados de bárbaros.

Para os romanos que tinham como característica o empenho pelas conquistas de terras, “bárbaros” eram quem não tinham direito. Nessa lógica, bárbaros poderiam ser tanto macedônicos e gregos de pele branquíssima ou os núbios que tinham a pele negra. É interessante perceber que nos livros de História os romanos conquistam as terras que desde sempre pertenceram aos germânicos, definem como “imperialismo romano”; e quando os germânicos reagem e conseguem de volta as terras que sempre foram seus territórios é denominada “invasão barbara”.

No período da Idade Média (do século V ao XV) os europeus consideravam inferiores os povos não-cristãos: chineses, africanos, árabes e judeus de qualquer parte. Partindo de Roma, só houve uma mudança a respeito de germânicos e eslavos (os antes bárbaros), porque esses se converteram ao cristianismo.

Nos exemplos acima citados percebe-se que a discriminação e o subjugo de inferioridade não estava baseada em características físicas, o que só foi imposto de forma contundente a rigor a partir do século XV. Foi nos idos da modernidade que os europeus passaram a discriminar os traços físicos, amadurecendo seu racismo para o traço mais perceptível: a cor da pele. Mas qual o motivo?

A partir do período da época Moderna, os países da Europa Ocidental conquistam o domínio de terras no além-mar. Sobre isso Rufino afirma



A partir desta época, os países da Europa Ocidental tornaram-se senhores de três continentes: Ásia, África e América. Seus antepassados haviam acusado os bárbaros de cruéis e desumanos; pois em matéria de barbárie deixariam, agora, árabes e germanos na condição de anjinhos celestiais. Hernan cortez², olhando a distância, pela primeira vez, a capital dos astecas teve um sobressalto: era muito mais bela e limpa que Madri. Mandou destruí-la. (SANTOS, 1984, p.22)

Os exemplos apresentam eventos históricos aonde se identifica a relação entre a discriminação e a imposição de culturas sobre outras. Porém, se deve ter em mente que todos os conhecimentos têm sua importância e que não pretendemos negar saberes para afirmar outros. Não se deve negar o pertencimento de saberes e produções artísticas, pois, quando isso acontece, nega-se o seu lugar de cultura, sua memória e sua história.

O Racismo simbólico na academia e na escola

A formação de qualquer pessoa influencia na sua formação como profissional. Dessa forma, um estudante de Licenciatura em História, quando inicia sua prática docente, vai levar elementos e características de sua formação. Partindo desse princípio, percebe-se que o currículo é formulado no viés europeu, a própria disciplina Historiografia tem em sua formação Epistemológica o campo Europeu. A divisão histórica tradicionalmente faz um recorte temporal que tem como característica a formação europeia ou, no mínimo, a Europa como objeto de análise. As divisões implantadas – História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea e outras divisões similares – são pensadas no viés da formação europeia.

O livro didático de história reflete o modelo do currículo. Ele é colocado como representante da História oficial, reproduzindo a divisão histórica a partir do já citado recorte temporal eurocêntrico. A História como disciplina tem em sua formação uma estrutura centrífuga a partir da Europa, colocando a história da África e da América como secundárias. Assim, vai-se introjetando nos alunos essa visão. Isso se torna ainda mais preocupante se pensarmos que o livro didático é visto pela maioria dos alunos como sendo uma “verdade absoluta”.

Nessa propositura, é fundamental debater qual a importância que o livro didático confere a história da África sendo colocado apenas como cenário na formação europeia, como por exemplo, os estereótipos tradicionalmente colocados, além das análises defasadas e simplistas da formação geológica ou das características geográficas e naturais.

2 Conquistador espanhol que ficou conhecido por suas batalhas no México



O negro é trabalhado apenas como corpo mercantilizado da escravidão e não como produtor de cultura. Ao ser trabalhado apenas como uma ferramenta de um determinado espaço temporal e espacial, o negro se torna um elemento secundário de nossa cultura, resumindo-se a um sujeito escravizado, em vez de senhor da sua própria história e formulador de cultura.

Trabalhar os conceitos africanos, seus saberes, sua cultura e sua formação histórica, coloca sobre nova perspectiva a própria história da África. Podemos ampliar a leitura de mundo de nossos alunos, trabalhando a diversidade, tendo em vista que desde as séries iniciais há uma influência judaico-cristã que na maioria das vezes é vista como a única forma de concepção com o sagrado, além de ser atribuído as religiões provindas do oriente próximo a característica de uma complexidade superior, o que não é verdade.

Uma das alternativas para se trabalhar história afro-brasileira é uma discussão através dos chamados eixos temáticos, no qual uma leitura de mundo ou um conteúdo são mostrados em diversas perspectivas, seja no campo econômico, no campo religioso e, inclusive, no campo do temporal.

Na educação principalmente nas séries iniciais, os alunos ainda estão construindo suas identidades. Por isso, é fundamental ser mostrado que somos diferentes, que temos origens diferentes, que as nossas características provêm da nossa formação histórica, que África não é uma coisa só, que há ali uma diversidade de culturas, que índios não são todos iguais, que “índio” é uma denominação colonizadora generalizada, que alguns destes são extremamente diferentes uns dos outros, que a África não se resume aos animais e as matas mostradas pelos meios de comunicação, tão pouco pela seca e pela fome. As religiosidades são complexas, as filosofias e modos de ver o mundo são belas. A arte africana não se resume a aspectos naturais. Filósofos e historiadores africanos trazem discussões plausíveis e que valem a pena serem discutidos. Escritores e pensadores indígenas ajudaram na formação intelectual brasileira e são necessários de serem citados. Os saberes são múltiplos, os alunos também. A sociedade é múltipla e as possibilidades são diversas.

Conclusão

Mapear as fronteiras do debate sobre as formas de combater o racismo não é uma das tarefas mais fáceis. Porém, instiga-se qualquer pessoa que sejam pertencentes ou não a grupos que historicamente foram subalternizados e se sentem representados por uma simples questão, a constituição humana. O combate ao racismo da cor da pele parte, necessariamente, do



combate ao racismo simbólico. O racismo pela cor da pele não terá fim se o racismo simbólico permanecer.

O racismo é uma teoria que afirma a superioridade de um grupo sobre outro. Essas teorias firmam-se em pesquisas científicas partidas do colonialismo que tentam provar, sem sucesso, o atraso de países subdesenvolvidos. Os cientistas que tentam provar a superioridade de grupos trabalham com o velho conceito de raça, mesmo que consigam “provas” da superioridade de um grupo, as teorias não se fundamentam, pois, a raça humana é uma só. A segregação, como a ocorrida na África do Sul, é apenas mais uma forma prática do racismo. Ele não ocorre apenas em países que foram colônias, mas também em países desenvolvidos através das divisões de classes, não fazendo parte da natureza humana, é apenas um prolongado estado de desvio mental coletivo.

É importante uma visão descentralizadora. As centralidades são múltiplas e elas conversam. É necessário, nas licenciaturas, o trabalho com questões que valorizem os saberes diversos. A academia precisa de ousadia conceitual, precisa admitir que as filosofias pertencentes as tradições africanas e americanas são tão sofisticadas quanto as gregas, que as religiões africanas e indígenas são tão belas quanto as de origem judaico-cristã e que o conceito de raça deve ser usado apenas para nos referimos a raça humana.

Referências Bibliográficas

Azevedo, Ana. C. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**” Rio de Janeiro: Paz e Terra, v 6, 1987, p. 71.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. v10 (1993), Tradução Yara Aun Khoury. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 15/0/2017> Acesso em ago. 2017.

SANTOS, Joel. R. **O que é Racismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SIMAS, Luiz A. **Territórios de luta e de identidades**. In: TEIXEIRA, Carlo A (Org). **Roda dos Saberes do Cais do Valongo**. 1º Edição. – Rio de Janeiro: Dêlcio Teobaldo (edição). Niterói, RJ: Kabula Artes e Projetos, 2015.

TEIXEIRA, Carlo A (Org). **Roda dos Saberes do Cais do Valongo**. 1º Edição. – Rio de Janeiro: Dêlcio Teobaldo (edição). Niterói, RJ: Kabula Artes e Projetos, 2015.